CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO
em reunião de 12 / 06 / 19
O Presidente

--- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 18 DE ABRIL DE 2012.----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ---------- UNANIMIDADE

--- A reunião teve início às dez horas e vinte minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores, Luís Manuel Abreu de Sousa, Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pela CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre. ----------

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Maria Irene Lameiro dos Santos. ----------

----------ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

---ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES ----------

--- O Sr. Presidente deu início à sessão cumprimentando os presentes. Não havendo inscrições para intervenção por parte do público, continuou solicitando a correcção da numeração de uma proposta, designadamente a número 18, que passaria a ser a número 19. Tal foi aceite pelo restante executivo.

---------- ORDEM DO DIA----------

---1. PROPOSTAS: ----------

---1.1 - Proposta Nº 17/P/ 2012 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que se transcreve ----------

---*"Considerando o previsto na alínea e) do n.º 2 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se:* ----------

---*A aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras (Documentos de Prestação de Contas) relativa ao exercício do ano de 2011, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 53.º da legislação acima referida".* ----------

--- O Senhor Presidente fez uma analise sumária do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, referindo que estes refletem o efeito da crise que se abate sobre o País em geral e nas Autarquias em particular. Em termos do Municipio de Azambuja e no âmbito dos Recursos Humanos referiu a diminuição de nove postos de trabalho, na sequência de reformas, término de contratos a termo certo e de situações de trabalhadores em mobilidade que deixaram de exercer funções no Município regressando aos seus postos de origem não sendo substituídas. Em 2011 registou-se um ligeiro acréscimo ao nível de horas de formação e um decréscimo de 5% do absentismo que referiu ser um sinal positivo em termos do empenhamento profissional. A 31/12/2011 o Município de Azambuja registava um número de 349 funcionários, incluindo os trabalhadores afetos à Câmara pelo Protocolo estabelecido com o Ministério da Educação.--------

--- Quanto a questões de índole financeira referiu ter havido uma taxa de execução de receita na ordem dos 65% relativamente à previsão efetuada, situação explicada pelo facto de haver decréscimo nas receitas próprias do Município, por não se ter chegado à formalização do acordo com a AdO, e à não concretização das receitas extraordinárias esperadas, concretamente, a concessão de direito de superfície do Biotério Central e a questão do ressarcimento pela DGCI dos benefícios fiscais concedidos à OPEL, receitas que haviam sido previstas com base em Despachos Governamentais, uma em Conselho de Ministros, outra por Despacho do Secretário-geral, que até á data não foram cumpridos. ----------

--- Referiu ainda que por excessivos arrastamentos burocráticos não foram recebidos os Fundos Comunitários previstos no que concerne à Construção dos Centros Escolares de Vila Nova da Rainha e Aveiras de Cima, bem como do Complexo Desportivo de Alcoentre. A conjugação destas situações levou á diminuição da receita cobrada que, nos últimos dois anos, registou uma quebra superior a 10 milhões de euros. ----------

--- Relativamente às Contas Consolidadas com a EMIA disse que a Câmara Municipal de Azambuja apresentara um Ativo total de 72 milhões de euros e um Passivo de 38 milhões de euros, sendo o Ativo praticamente o dobro do Passivo, pelo que não se vislumbrava a falência técnica do Município. A Câmara apresenta basicamente dificuldades de Tesouraria, esperando que a intervenção governamental na área das Finanças Locais tais dificuldades pudessem ser ultrapassadas. ----------

--- Em termos de endividamento do Município, o Senhor Presidente esclareceu que, por força da alteração do cálculo do limite do endividamento introduzida pela LOE/2011, o Municipio de Azambuja o excedera em cerca 140.000 € e que assim por via administrativa a capacidade de endividamento sofrera uma diminuição da ordem dos 4 milhões de euros. ----------

--- Quanto ao parecer do ROC referiu que este corroborava o bom equilíbrio das contas da Câmara, referindo o seguimento estrito das regras orçamentais e financeiras, com duas reservas responsáveis pela não execução da receita, nomeadamente, a situação da Ado e a OPEL.--------

--- Tomou a palavra o Vereador António Nobre que referiu que se pronunciaria sobre os dois pontos da Proposta e que faria uma apreciação das Contas de 2011 mais política do que técnica. Mostrou preocupação pelo caminho descendente nas finanças Municipais, em sua opinião reflexo das opções financeiras e sociais aplicadas pelo PS e que a CDU ao longo dos anos sempre criticara - o recurso excessivo ao endividamento e o abandono de áreas geradoras de receitas - dizendo que o PS não quis ou não soube antecipar as dificuldades que se avizinhavam e que poderiam ter sido evitadas ou no mínimo moderadas nos seus efeitos. Considerou a existência de decisões políticas não imputáveis à autarquia e que a política legislativa do Governo, no que se refere ás autarquias, prejudicava as receitas dos municípios e que quem saía prejudicado era o munícipe que assim ficava privado de uma série de bens e serviços habitualmente prestados pelos municípios, ----------

--- Quanto às Contas Consolidadas e a situação de não falência técnica, com a qual concordou, referiu que tanto o património da Camara como o da EMIA não são facilmente alienáveis e recomendou algum cuidado para não acentuarem os desequilíbrios verificados o que, em sua opinião, podia comprometer a atividade futura Referiu ainda não ver vontade do Governo em ajudar as Autarquias, em prole dos benefícios dos munícipes, vendo apenas cortes, redução de receitas fiscais e restrições ao endividamento o que compromete o investimento. Considerou ainda ser lamentável que os projetos que estavam para ser aprovados acabassem por ser suspensos.----------

--- Tomou a palavra o Vereador António Jorge Lopes que, quanto ao Relatório de Gestão, considerou-o como relatório de fim de um ciclo de gestão das autarquias locais. Comparou os números da receita 2011 com os números de há dez anos atrás que na sua opinião se assemelhavam, o que segundo ele fechava um ciclo e disse não valer a pena discutir os números de 2011 dado terem passado o ano inteiro a discutir redução da receita e valores de dívida. Disse que já nada acrescentava e que muito do que aconteceu podia ter sido evitado pois a CPFNT várias vezes alertara para a necessidade de tomar medidas uma vez que os indicadores apontavam para a quebra de receita. Neste contexto, o mais importante era ter consciência que o paradigma de autarquias locais até ao final deste ano iria mudar radicalmente, não apenas em função da falta de dinheiro que esperava ser conjuntural. Os autarcas terão que se habituar que a diminuição da receita será uma constante ao longo dos anos vindouros, adequando o nível da despesa e a forma de trabalho - Câmaras com executivos mais pequenos, menos dirigentes e o fim da EMIA, com as vantagens e desvantagens que isto acarretasse -, a alteração da Lei das Finanças Locais que também causará alguma entropia numa fase inicial e, simultaneamente, uma transferência de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesias e das Câmaras para as Comunidades Intermunicipais reforçando assim o peso das Comunidades e diminuindo o das Autarquias. Este é o enquadramento que o Concelho de Azambuja terá que enfrentar nos próximos dois anos. Continuar a gerir uma Autarquia Local com as regras e mentalidades dos últimos anos será condená-la a ficar numa posição de repartição

pública, a emitir certidões e licenças e a saldar dívida e que não gostaria que a CMA ficasse em tal posição. Sendo certo que o investimento público terá de depender da iniciativa privada, uma Câmara Municipal tem condições para potenciar algumas valias para criar condições para captar o Investimento.----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente que disse concordar com o Vereador Lopes na alteração do paradigma do que iria ser a gestão de uma Autarquia em termos futuros, expressando que em sua opinião a alteração não iria ser só decorrente de normativos como até na sua própria área de intervenção. O que tinha sido o paradigma até agora, a infraestruturação do país, estava praticamente cumprida, criara dívida mas assegurara as infraestruturas e estas tinham de ser pagas. Disse ainda que decorria uma profundíssima alteração no que passaria a ser a atividade de uma autarquia, que teria de ser mais voltada para missões nas áreas Social, na competitividade dos territórios, do desenvolvimento económico e da preservação e defesa ambiental e, tal como o Vereador Lopes referiu, a questão da Transferência de Poder para as Juntas de Freguesia dizendo ser esperado um incremento na atividade das Associações de Municípios com intervenções que esperava serem legitimadas, sem o que não teriam qualquer capacidade para responder ás solicitações pois nos próximos anos o Poder Local iria ter que se confrontar com novos desafios.----------

--- O Sr. Vereador Nobre lembrou que a Constituição prevê a existência do Poder Local Democrático e que mesmo que haja uma correspondência de órgãos cuja legitimidade seja reconhecida, as Comunidades, não sendo eleitas por sufrágio direto não poderão ter competências das Autarquias. Em sua opinião a especulação imobiliária ajudou na expansão da infraestruturação e foi motor com o qual o endividamento municipal disparou, pelo que quando se fala em novos paradigmas para as autarquias não podem ser esquecidas as consequências do que foi feito anteriormente e que se irão protelar por muitos anos.----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 17 / P / 2012 foi aprovada da seguinte forma. a) Relatório de Gestão: por maioria, com cinco votos a favor (PS) e 2 votos contra (CPFNT e CDU); b) Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas: por maioria com 5 votos a favor (PS) e dois votos contra (CPFNT e CDU). ----------

1.2. Proposta Nº 19/ P / 2012----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que se transcreve: ----------

---"Considerando:----------

---o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que determina a forma de aplicação dos resultados do exercício. ----------

---Propõe-se: ----------

---1 - a transferência do resultado líquido do exercício no valor de -1.719.788.53€ para a conta 59-Resultados Transitados;----------

---2- a redução do Património, no montante de 811.534.41€, para cobertura dos resultados transitados negativos". ----------

---O Senhor Presidente solicitou ao Chefe de Divisão Financeiro, Dr. Ricardo Portela que fornecesse alguns esclarecimentos acerca da Proposta ao que este referiu que pelo Disposto no Ponto 2.7.3. do POCAL era necessário transferir o resultado líquido do exercício para a conta de Resultados transitados e que se propunha a redução do Património naquele valor para cobertura dos resultados transitados negativos.----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 19/P/2012 foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor (PS) e 2 abstenções (CPFNT e CDU).----------

---Após a votação da Proposta 19/P/2012 foi efetuado um intervalo de 10 minutos após o qual se deu seguimento à Ordem de Trabalhos. ----------

1.3. Proposta Nº 17/V P / 2012 ----------

--- O Sr. Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---" Considerando: ----------

---A necessidade de lançamento do procedimento – DAF/F01/2012 Ajuste direto para aquisição de comunicações de dados e de voz móveis -, nos termos da Informação N.º 004/2012/DAF que junto se anexa; ----------
---O encargo plurianual que o presente procedimento implica;----------
---O disposto no art.º 6.º n.º 1 alínea c) da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro.----------
---Proponho:----------
---Que a Câmara delibere submeter, à Assembleia Municipal o presente procedimento para autorização da Assunção de Compromisso Plurianual que o encargo do fornecimento envolve".
--- O Sr. Vice-presidente explicou que apesar o processo ser da responsabilidade da CIMLT teria de ser o Município a proceder á cabimentação e á realização do Ajuste Direto pelo que trazia a Proposta á Câmara.----------
--- O Sr. Vereador António Nobre perguntando a razão de ser consultado só um operador de serviços móveis ao que a pedido do Senhor Vice-Presidente a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro esclareceu que o procedimento de aquisição tinha sido desenvolvido pela CIMLT, e que a TMN fora a entidade que apresentara melhores condições na prestação dos serviços. Cada Município teria de colocar o procedimento na Plataforma de compras públicas. ---
--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 17/VP / 2012 foi aprovada por unanimidade.----------
1.4. Proposta Nº 04/VAMF / 2012 ----------
--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira apresentou a Proposta que se transcreve: ----------
---"Considerando que: ----------
---A aquisição de Refeições Escolares é fundamental para o funcionamento dos Agrupamentos Escolares; ----------
---O Município deliberou, por decisão da sua Assembleia Municipal datada de 28 de Junho 2011, aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT), tendo em conta os ganhos em termos de eficiência, eficácia e economia de escala com a transferência para aquela comunidade de atribuições e competências relativas à negociação de bens e serviços. ----------
---Para a aquisição de Refeições Escolares, para o ano letivo 2012/2013, se estima um valor de 173.996,70 € (+ iva à taxa legal em vigor), prevendo-se um valor de realização financeira de 69.598,68 € (+ iva à taxa legal em vigor), no ano de 2012, e de 104.398,02 € (+ iva à taxa legal em vigor), no ano de 2013.----------
---De acordo com o disposto no art.º 6 n.º1 alínea c) da lei 8/2012 torna-se necessário a aprovação do presente procedimento pela Assembleia Municipal uma vez que estamos perante a assunção de um compromisso plurianual.----------
---A despesa com o presente fornecimento encontra-se cabimentada de acordo com o documento em anexo.----------
---PROPONHO:----------
---Que a Câmara delibere a aprovação do Caderno de Encargos e Programa do Concurso Publico n.º 1/2012/CCE referente à aquisição de Refeições Escolares, para o período de vigência do ano letivo 2012/2013, bem como submeter à Assembleia Municipal o presente procedimento para autorização da Assunção de Compromisso Plurianual que a despesa do fornecimento envolve.----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 04/VAMF/ 2012 foi aprovada por unanimidade. --------
--- Encerramento----------
--- Eram onze horas e quarenta e cinco minutos, quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------